ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, CULTURAS E ESCREVIVÊNCIAS AFRO-INDÍGENAS

Josefa Ilza Lopes da Silva [1]

INTRODUÇÃO

A educação básica, o ensino interdisciplinar e o ensino de Geografia perpassam por diversos desafios diariamente, dentre eles a necessidade da adaptação de materiais ou recursos para atender a um público específico, unir a tecnologia ao ensino sem deixar de lado a base teórica e principalmente envolver os saberes tradicionais, culturas e povos que compõem a população brasileira. Traçando uma linha do tempo sabemos que antes da invasão "descobrimento" do Brasil pela coroa portuguesa, estudiosos e pesquisadores relatam que já existiam povos indígenas tradicionais de diversas etnias ocupando o território brasileiro, Posteriormente, com a migração forçada de africanos para mão-de-obra escravizada no país e após aproximadamente mais de quatro séculos de escravização e resistência do povo negro, o território passou também a ser constituído por comunidades quilombolas e seus descendentes ou o que atualmente chamamos de diáspora africana. Entretanto, discursos estereotipados acerca das populações negras e indígenas racismo e preconceitos ainda são reproduzidos na sociedade e no ambiente escolar, especialmente no ensino de Geografia, em que narrativas eurocêntricas frequentemente invisibilizam os processos de violência, resistência e as contribuições dos povos negros/indígenas para a formação territorial, cultural e social do país.

Neste contexto, o presente trabalho parte de experiências como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID interligando regências e ações durante o período de vigência; O intercâmbio promovido pela CAPES e Ministério da

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, E-mail: josefa.ilza@estudante.ufcg.edu.br

Igualdade Racial - MIR denominado Caminhos Amefricanos edição Angola em 2025, cujo objetivo era levar aproximadamente 50 estudantes para experienciar a cultura, relações acadêmicas e visitas guiadas nos principais pontos turísticos e históricos de Luanda em Angola, localizada no Continente Africano durante 15 dias, Durante a experiência, fomos recebidos pela Universidade Agostinho Neto, e principalmente pela Faculdade de Humanidades da UAN, onde foi estabelecida uma conexão entre o Continente Africano e a Diáspora Afrobrasileira para discutir a importância de uma educação antirracista, fundamentada em práticas pedagógicas descoloniais que valorizem as culturas, territorialidades e escrevivências.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada para delimitar os caminhos desta pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter participativo e interdisciplinar, sendo desenvolvida no contexto do subprojeto de Geografia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, em uma escola pública de educação básica ECIT. A metodologia fundamenta-se na realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, análise de imagens e mapas, leitura de autores negros e indígenas, além da produção de cartazes; debates em sala de aula, E por fim um momento de diálogos para a apresentação das vivências durante o intercâmbio em Angola no continente africano.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo dialoga teoricamente com autores como: FREIRE (1978, 1987), ao compreender a educação como prática libertadora; com MUNANGA (2019), ao discutir o racismo estrutural; com Krenak (2019), ao refletir sobre ancestralidade e território; com EVARISTO (2020), por meio do conceito de escrevivência; com MBEMBE (2018) Abordando os conceitos de Necropolítica; Cabral (2004); González (2020) trata sobre amefricanidades: foram reencontros com vivências memoráveis; GONÇALVES (2006); Reis (1859); Jesus (1960); E Mészáros (2008) Com a educação para além do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as reformas educacionais foram implantadas leis como: A Lei 10.639/03, promulgada em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, abrangendo o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura afro-brasileira (música, culinária, dança) e a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira, incluindo aspectos sociais, econômicos e políticos. A lei também instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder quilombola, como forma de promover a reflexão sobre a luta contra o preconceito racial Em 2008, a Lei 11.645/08 ampliou a obrigatoriedade para incluir também a história e cultura indígena, reforçando a diversidade cultural no currículo escolar.

Para apoiar a implementação da lei, foram desenvolvidos materiais didáticos como o projeto A Cor da Cultura, que inclui livros animados, entrevistas, artigos, notícias e documentários, e a coleção História Geral da África, com oito volumes que abordam a história africana desde a pré-história até os anos 1980, disponível para download gratuito. Apesar da lei, desafios persistem, como a necessidade de formação continuada de professores, adaptação de currículos e enfrentamento de resistências culturais e raciais, garantindo que o ensino valorize os negros como sujeitos históricos e promova a ressignificação cultural das matrizes africanas na sociedade brasileira.

Cabral (2024) discute em um artigo a Literatura E Geografia como Abordagem Interdisciplinar E As Relações Étnico-Raciais e em um trecho a autora cita:

> "Apesar do avanço desde 2003, através da lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Básica, a aplicação efetiva desta lei possui obstáculos até os dias atuais. Dessa maneira, a partir do projeto "Geografia e Literaturas Suleadas na escola: onde estão as narrativas negras, femininas e indígenas?" foi possível desenvolver a educação antirracista no âmbito de ensino público básico?". [...]

Contextualizando com as vivências da realidade escolar, sabemos que esse discurso não acontece em totalidade, o jovem negro de periferias não acessam as mesmas oportunidades que as pessoas brancas, e isso é fato. Na mesma medida em que nas escolas e Universidades a permanência de pessoas negras nos cursos são baixas. Porque na maioria das vezes precisam escolher entre o trabalho e a escola, ajudar a família ou continuar na escola. A fome dói e ninguém consegue estudar com fome. Essas são as

realidades vivenciadas por muitas famílias e dentro das escolas não devemos ensinar utopia, devemos mediar a formação de cidadãos que de forma crítica lutará por políticas públicas igualitárias; direitos iguais e acesso a condição de ser cidadão e cidadão com direitos garantidos por lei e na prática também. Começando pela compreensão de que as universidades devem garantir não apenas o acesso, mas a permanência desses grupos mais vulneráveis e fragilizados e posteriormente a conclusão. Além da implantação de políticas públicas, concursos e vagas de emprego para que após a formação essas pessoas possam também exercer suas formações na prática e com trabalho digno.

Compreender os processos históricos que perpassam a formação do Brasil é fundamental para o nosso entendimento enquanto diáspora. Vale ressaltar que houve e ainda há uma tentativa de apagamento e invisibilização das contribuições das pessoas negras e dos povos indígenas durante todo o processo. A autora Jesus (2014), traz em sua obra que existe um processo de segregação socioespacial com a intencionalidade em manter os negros e pobres às margens da sociedade, sem ocupar posições de centralidade em áreas como saúde, engenharia, judiciário e educação, profissões em eixos como esses jamais seriam destinados às pessoas negras, as lutas por políticas afirmativas, cotas, políticas públicas, acessibilidade e uma educação para além do capital como descreve Mészáros (2008), reflete nas nossas conquistas atuais, narrando nossas escrevivências, tratando a oralidade dos nossos mais velhos como um saber experienciado na prática, entendendo que a educação é a ferramenta de fundamental importância para a mudança de realidades.

Vivenciar Angola foi a experiência acadêmica e, sobretudo, pessoal mais marcante da minha vida, parafraseando Freire (1978), no livro *cartas a Guiné Bissau* ele diz “Ao pisar em solo Africano sinto-me não como quem chega, mas como quem retorna ”. E ao pisar em Angola, os sentimentos genuínos, a emoção e principalmente a memória vieram à tona, exatamente como quem estava retornando para suas raízes ancestrais. Portanto, a Lei 10.639/03 representou um marco na educação brasileira, buscando combater o racismo, valorizar a diversidade cultural e reconhecer a contribuição histórica dos africanos e afro-brasileiros na formação do país.

ISSN: 2358-8829

Figuras 1 a 3 - Vivências em Angola durante o Intercâmbio Caminhos Amefricanos



Fonte: Saride, 2025.

A contextualização desta experiência não parte, à princípio, das vivências contemporâneas, mas perpassa pela história que narra os caminhos percorridos pelos nossos ancestrais. È importante compreender que a escravização não é um evento distante da nossa realidade: o Brasil carrega em sua trajetória o título triste e cruel de ser o lugar das Américas que mais recebeu pessoas escravizadas, dentre elas, Homens; mulheres e crianças, que foram forçadas a deixar seu território e suas famílias para vir para um lugar estranho como mercadorias “peças”; Além disso, o Brasil foi um dos últimos países a decretar o fim da escravização. Em 1888, devido à pressão de movimentos abolicionistas que haviam se intensificado nos anos anteriores e não por bondade, mas por pressões políticas e sociais, ocorreu a promulgação da lei Áurea, A escravização perdurou por mais de três séculos no Brasil e as principais rotas do intenso tráfico negreiro para o Brasil partiram do continente africano, países como: Angola; Moçambique; Guiné Bissau; Cabo verde; Costa do Marfim; Nigéria; Daomé e Congo. Estes formavam as rotas denominadas de: Rota da Guiné; Rota da Mina; Rota de Angola e Rota de Moçambique.

ISSN: 2358-8829

Para além disso, é importante lembrar que após a assinatura da lei áurea os escravizados foram libertados, porém não receberam nenhum auxílio, eles foram abandonados sem apoio educacional, político, social, humano e sem amparo legal. Enquanto para os estrangeiros italianos, holandeses e demais grupos, eram oferecidas vantagens e boas condições de moradia e trabalho para se estabelecerem no Brasil, tudo isso com uma campanha higienista para que a população brasileira fosse predominantemente branca. Esse abandono explica o porquê algumas áreas possuem desigualdades estruturais e históricas, compondo áreas denominadas como historicamente marginalizadas ou em situação de vulnerabilidade social grave, onde predominantemente a população que reside nesses territórios são negros e pardos.

Ao pisar em Angola, o peso da palavra "ancestralidade" ecoava, para que houvesse a compreensão de que sou resultado das várias lutas e dos vários passos que foram dados antes de mim. Essa fala reforça a importância da educação e da luta por equidade. Nossa cor sempre chega primeiro e é utilizada como peso nas escolhas, sejam quais forem. Como Gonçalves (2006), em diálogo com a obra Úrsula, de Reis (2004), afirma, que há um "defeito de cor", pois historicamente a cor foi tratada como um "defeito" social, um estigma que justificava exclusão e que atua também como mecanismo de opressão.

Freire (1996) diz que "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." e na minha compreensão a iniciação à docência, no âmbito do PIBID, constitui-se como um processo formativo que vai além da prática em sala de aula. Ela envolve o desenvolvimento de saberes pedagógicos, a articulação entre teoria e prática e a reflexão sobre o papel social do professor. Por meio das atividades realizadas, o licenciando vivencia diferentes dimensões da formação docente: a formativa, que aprimora conhecimentos e metodologias; a social, que promove o diálogo com a comunidade escolar; a institucional, que integra universidade e escola; a reflexiva, que estimula o pensamento crítico; e a ética e humana, que reforça o compromisso com uma educação inclusiva, antirracista e transformadora.

Essas dimensões, interligadas, revelam que a iniciação à docência é um espaço de aprendizagem contínua e de construção da identidade profissional do futuro educador. È um divisor de águas na e para a formação docente, o contato direto com a escola, as regências, as ações ambientais, antirracistas, conscientizadoras fazem com que a formação seja ampla e possa contemplar os diferentes sujeitos que formam o ambiente escolar e em coletivo o transformam em um espaço de formação, trocas e aprendizagens significativas diariamente. Esse processo funciona com a formação integral que coloca o licenciando diante da complexidade da profissão docente e o desafia a unir teoria e prática de forma significativa. Ao mesmo tempo em que se aprofunda em estudos teóricos, o futuro professor vivencia a realidade escolar, com seus desafios estruturais, sociais e culturais. Essa vivência desperta o olhar crítico sobre o papel do educador e a importância da educação como instrumento de transformação.

Figuras 4 á 6 - Exposições sobre as experiências no Intercâmbio Caminhos Amefricanos e diálogos sobre o Racismo







Fonte: Silva, 2026.

Muitas das experiências que são vivenciadas pelos estudantes são responsáveis por moldar o caráter, a criticidade e principalmente a construção dos saberes coletivos e individuais. Esse resultado não molda apenas o aluno, mas amplia para a sociedade de uma forma geral, evidenciando que o respeito é o ponto de partida para qualquer

diálogo, debate e opiniões. Se minha opinião não respeita alguém, seu posicionamento seja ele político ou religioso , raça, etnia, corpos e etc. A opinião não deve ser exposta. O coletivo deve compreender e aprender que existem diversidades e elas podem ocupar diferentes/mesmos espaços e serem respeitadas, devem saber que racismo, xenofobia, homofobia, misoginia, intolerância religiosa e qualquer tipo de preconceito é crime previsto em lei, dessa forma, estes não são brincadeira, é crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Hooks (2019): “Em um mundo Racista não basta não ser racista, devemos ser antirracistas” devemos seguir combatendo firmemente qualquer ação desta natureza, para além disso, é necessário formar cidadãos críticos, conscientes, resistentes, mantendo viva a continuidade e o fazer-se presente, permitindo que os passos de um povo, cercado de tentativas de apagamentos sejam narrados como cultura viva e soberana. Mas, para isso, é necessário resistência e luta, luta coletiva e individual.

Nossa história, a história do povo negro, a história dos povos indígenas, sua trajetoria e contribuições devem ser não apenas reconhecidas, mas seus saberes tradicionais e ancestrais devem ser passados de geração em geração. Temos os saberes e as heranças ancestrais indígenas e africanas em nossas comidas, músicas, linguagens, danças, esportes, culturas e religiões. Nossos vínculos estão no sangue e na construção do nosso Brasil. Somos diásporas africanas, somos um povo que representa as amefricanidades, somos raízes vivas de nossos ancestrais. Que essa conexão seja repassada todos os dias e que esses valores sejam reconhecidos e que eles sejam resistências.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Camile Vitória da Silva. Literatura e Geografia: **A abordagem interdisciplinar e as relações étnico-raciais.** Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Ana Maria. **Defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organização: Flávia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 1960.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.